

O ambiente escolar e a indisciplina no ensino fundamental

Natalia Cristina Marciola Sganzella¹

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora nas Faculdades Integradas Regionais de Avaré (FIRA).

E-mail: nataliasganzella@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a indisciplina no ambiente escolar. O tema é usualmente discutido por membros do corpo escolar (gestores, pais, professores) que buscam encontrar alternativas para esse crescente fenômeno no interior das escolas. Diversos teóricos, da mesma forma, tem se preocupado com a origem da indisciplina e com seus desdobramentos, pois se encontra associada a práticas de violência física e simbólica. Deste modo, propõe-se nesse artigo apresentar algumas concepções sobre a indisciplina no campo teórico e sobre a formação docente como uma das possíveis hipóteses para esse fenômeno.

Palavras-Chave: indisciplina. Escola. Educação. Agentes educacionais.

Abstract

This article aims to analyze the indiscipline in the school environment. The subject is usually discussed by members of the school (administrators, parents, teachers) who seek to find alternatives to this growing phenomenon within schools. Several theorists, similarly, has been concerned with the origin of indiscipline and its progeny, as it is associated with practices of physical and symbolic violence. Thus, it is proposed in this paper to present some ideas about discipline in the theoretical and on teacher training as one of the possible hypotheses for this phenomenon.

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora nas Faculdades Integradas Regionais de Avaré (FIRA). E-mail: nataliasganzella@hotmail.com

Keyword: indiscipline. School. Education. Educational agents.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar a indisciplina como um elemento presente no ambiente escolar e suas implicações. A indisciplina é um objeto de estudo contemporâneo às nossas relações e sensível a mudanças de perspectiva da forma de se educar e de sua comunidade local. No cotidiano escolar observa-se que o comportamento do aluno no ambiente de ensino é reflexo das experiências vividas no meio familiar e social. É comum encontrar crianças com famílias sem estrutura: pais ausentes ou desatentos com vida escolar e social do filho. Apesar dessa importante observação, não se pode atribuir a esse fator como sendo a única causa do problema. É importante perceber que cada indivíduo responde diferentemente aos estímulos provindos do meio. Enquanto alguns indivíduos apresentam indisciplina e agressividade diante de problemas familiares, em outros esse fator não interfere no rendimento e na disciplina em sala.

As questões como violência escolar e as indisciplina são alvos de discussão de diversos especialistas e nos mais diversos meios sociais. Há radicalismos que defendem que a educação em um passado próximo era formadora de jovens e crianças, mas que na atualidade a escola se tornou uma “deformadora” de seu corpo discente. Discursos acalorados, opiniões das mais diversas fontes endossam o coro em busca de soluções e estratégias para monitorar e combater esse “sintoma” no campo educacional. Esse diagnóstico pessimista sobre a disciplina escolar mostra-se como reflexo ou produto de sintomas maiores de problemas existentes na sociedade. Tenho como referencial teórico às discussões sobre indisciplina pela ótica sociológica, ou seja, autores que entendem a indisciplina como uma questão que tem origem na sociedade e se desdobra a partir dela, não se tratando, apenas, de um fenômeno intrassubjetivo, mas intersubjetivo. Esse fenômeno está conectado a uma mudança na concepção de escola e educação, não se reduzindo apenas a aspectos psicológicos.

O artigo de natureza bibliográfica discute algumas reflexões teóricas sobre o conceito de indisciplina e sobre o comprometimento docente e o combate a indisciplina pelas vertentes sociológicas.

1) (In)disciplina: algumas questões teóricas

Partindo do princípio de que a função da educação é, fundamentalmente, transmitir os valores de uma cultura e socializar indivíduos para se tornarem cidadãos em suas sociedades. A escola, como instituição social, reflete os anseios e valores da sociedade a sua volta. Vivemos em

um momento onde as minorias sociais alcançaram maior visibilidade política, a partir de suas lutas em busca de seus direitos a viver em sociedade e serem tratado como iguais dentro de suas diferenças. Os discursos sobre o “negro”, a “mulher”, o “pobre”, “sem terra”, “a criança”, os “homoafetivos” e o “índio” ganham centralidade frente aos anos de silenciamento a que foram submetidos dentro de uma sociedade patriarcal, que negava esses direitos de igualdade. Caminhamos para a fragmentação de um Estado de Direito, onde todos os cidadãos querem seu lugar no mundo global. A escola como espaço “democrático” deve entender essa demanda histórica e absorver os mais diferentes agentes em nome da diversidade e da inclusão.

No âmbito escolar transita-se de um paradigma tradicional de educação para uma concepção reflexiva de escola, que se sustenta no construtivismo presentes em autores como Piaget, Vigostsky, Dewey, que concebem a escola como um espaço de interação com a comunidade que a rodeia, o que possibilita o desenvolvimento cognitivo pleno do aprendente através de uma prática pedagógica significativa. A concepção da Escola Nova de Dewey propõe somar as experiências externas ao ambiente escolar às formas de conhecimento sistematizadas, trabalhando a educação em sua forma plena e significativa. A centralidade do processo de conhecimento está no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Esses são produtores de seu conhecimento, as escolas deixam de caracterizar o docente como figura central no processo educacional e deslocam o foco para o aprendente e para sua cultura, o professor deixa de ser a fonte do saber e passa a mediar formas de conhecimento, ajudando o aluno na tradução desses saberes e na compreensão do mundo.

Essa proposta pode ser encontrada na legislação educacional brasileira (LDB nº 9394/96), que se mostra avançada em relação às demandas atuais, pois coloca a escola como um espaço democratizado, aberto as experiências de todas as ordens e unifica o currículo em âmbito nacional, o que garante uma unidade nacional no ensino, mas também é flexível às particularidades regionais do país.

A questão curricular reflete essa democratização, pois está voltada para as comunidades e para suas necessidades, tornando-se sensível aos problemas que a rodeiam. Utilizado como ferramenta no ambiente escolar, ajuda no processo de construção de identidade do meio em que é aplicado, buscando atender as necessidades da comunidade escolar. Os projetos educacionais são os desdobramentos das expectativas do currículo. Unidades de sentido que ligam o geral ao particular: os conteúdos programáticos ao anseio da comunidade aprendente.

Ao nascer dos anseios de cada comunidade escolar, o currículo torna-se a identidade dos grupos escolares e determina seu conjunto local de valores e suas dificuldades a serem combatidas. Nesse sentido, entender a indisciplina no contexto escolar implica apreender as teias de relações que se estabelecem entre os indivíduos, buscando, desse modo, nos diversos agrupamentos e nas formas

de interações entre os membros da escola, os sentidos da disciplina e as causas da indisciplina na escola.

Segundo Carvalho (1996, p. 129), encontramos seis diferentes acepções do termo disciplina no dicionário e dentre esses seis apenas uma não se liga à escola.

1. instrução e direção dada por um mestre a seu discípulo[...] 2. submissão do discípulo à instrução e direção do mestre. [...] 3. imposição de autoridade, de método, de regras ou preceitos[...] 4. respeito à autoridade; observância de método, regras ou preceitos. [...] 5. qualquer ramo de conhecimentos científicos, artísticos, lingüísticos, históricos, etc.: as disciplinas que se ensinam nos colégios. [...] 6. o conjunto das prescrições ou regras destinadas a manter a boa ordem resultante da observância dessas prescrições e regras: a disciplina militar; a disciplina eclesiástica. [...] Seria interessante apontar que, dentre as seis acepções conferidas à palavra disciplina no dicionário em questão, somente a última (6) não faz referência direta ao processo educacional, mas ressalta seu uso eclesiástico ou militar. E, no entanto, justamente esta idéia de disciplina como "o conjunto das prescrições ou regras destinadas a manter a boa ordem", própria e oriunda de outras instituições sociais onde a ordem e a hierarquia se configuram como um modo de vida, é a que mais fortemente tem marcado a discussão sobre indisciplina por parte de professores e outros agentes escolares. [grifos nossos]

A disciplina, em seu sentido original, traduz a ideia de um caminho a ser percorrido ao longo do processo educacional e do grau de comprometimento que deve existir entre os agentes escolares. Portanto, disciplina está, intimamente, ligada a capacidade de ter controle sobre si mesmo, de forma a ajustar a conduta individual às atividades e trabalhos coletivos, promovendo a convivência na vida escolar. E em momento algum, deve referir-se a um poder de autoridade, que promove um sistema de castigos ou sanções que são aplicadas àqueles que não desenvolvem as atividades escolares em silêncio, ou seja, são punidos por sua conduta negativa.

Logo se torna urgente repensar o espaço da escola, com uma atuação mais direta do professor. O professor deve assumir nesta nova conjuntura que se apresenta as armas que lhes são dadas para poder dialogar com os alunos. De acordo com Gramsci (1989):

a escola criadora é o coroamento da escola ativa: na primeira fase tende-se a disciplinar, portanto, também a nivelar, a obter uma certa espécie de “conformismo” que pode ser chamado de dinâmico ; na fase criadora, sobre a base da “coletivização” do tipo social tende-se a expandir a personalidade, tornada autônoma e responsável, mas uma consciência moral e social sólida e homogênea. Assim a escola criadora não significa escola de “inventores e descobridores”; ela indica uma fase e um método de investigação e conhecimento, e não um “programa” predeterminado que obrigue a inovação e a originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, no qual o professor exerce apenas uma função de guia amigável, como ocorre ou deveria ocorrer na universidade. (GRAMSCI, 1989, P.124)

Portanto a escola é o lugar onde é possível a mudança, educar para a emancipação. E a disciplina deve se assumir como um elo entre professor e aluno. Pois, se a disciplina for entendida

como instrução e direção, o professor acaba por cumprir o papel desta “figura amigável”, ou seja, o mediador entre o aluno e o conhecimento como foi citado por Gramsci.

A indisciplina está na contramão dessa concepção, ela se desdobra em forma de violência simbólica em todas as pontas da teia, os alunos ao serem excluídos pelos educadores e taxados como “problemas”, visualizam a falta de credibilidade dos adultos em sua vida. À medida que a escola torna-se um espaço de desinteresse para a criança e para o jovem, esta perde sua principal função de transmissora e socializadora do conhecimento. O sentimento de desajuste a vida escolar traz por parte dos alunos e dos pais, a desvalorização do profissional da educação que sofre uma minimização e desconsideração de seu papel no interior desse processo. Logo a escola torna-se um campo de pequenas batalhas cotidianas. De acordo com AQUINO (1998, p. 8)

A imagem entre nós, já quase idílica, da escola como *locus* de fomentação do pensamento humano – por meio da recriação do legado cultural – parece ter sido substituída, grande parte das vezes, pela visão difusa de um campo de pequenas batalhas civis; pequenas, mas visíveis o suficiente para causar uma espécie de mal-estar coletivo nos educadores brasileiros.

Os autores nos levam a concluir que o descomprometimento do aluno e do professor criam estereótipos uns dos outros fazendo com que o dialogo seja impossível de se estabelecer. Creio que a referência que Tacca (2006, p. 199) faz a Vygotsky auxilie a necessidade do comprometimento de todas as partes envolvidas em um processo de ensino:

Para o enfrentamento de situações onde aparecem divergências de pontos de vista ou naquelas em que não há clareza de posições assumidas haverá, portanto a necessidade de se buscar os motivos e interesses imbricados no pensamento de cada um, pois só isso conduzirá a reciprocidade e a integração produtivas, tão necessárias para o alcance do objetivo comum. Vygotsky propôs que “para entender o discurso do outro, nunca é necessário entender apenas umas palavras; precisamos entender o seu pensamento. Mas é incompleta a compreensão do pensamento do interlocutor sem a compreensão do motivo que o levou a emití-lo. De igual maneira, na análise psicológica de qualquer enunciado só chegamos ao fim quando descobrimos esse plano interior último e mais encoberto do pensamento verbal: a sua motivação”. A comunicação acontece, então, quando são realizadas trocas e se cada interlocutor se dispõe a compreender o outro, além daquilo que este consegue verbalizar, o que implica considerar a sua subjetividade na confluência de sentidos subjetivos que emergem na situação relacional.

O que nos mostra, segundo essa linha, que para que haja um real processo de conhecimento deve haver essa integração entre os seus agentes, com isso possibilitando a compreensão do pensamento do outro, feita por meio de trocas.

Assim problematizar e restaurar algumas convicções e utopias nos faz pensar um futuro possível com relação ao que acontece dentro do interior da escola. Portanto, pensar o educador como ator nesse processo de transformação da realidade faz com que possamos nos sacudir e retirar os grilhões da vitimização, que joga a culpa da atual conjuntura escolar para outros.

Professor: parte integrante da engrenagem da disciplina, nível intersubjetivo

Diante das indagações colocadas no decorrer desse texto e das considerações teóricas dos autores, bem como das reflexões estabelecidas, chegamos a pensar que diante das adversidades que os professores encontram no cotidiano, proveniente do desinteresse dos alunos, da remuneração ineficiente entre outros fatores, não fica difícil cair no conformismo e deixar-se levar pela corrente. Encontramos no discurso dos professores está realidade que se apresenta através de um discurso de vitimização onde cada qual culpa ao outro pelo problema de não vermos fluir o processo de aprendizagem.

Deste modo, abordar a questão da disciplina implica também refletir sobre as relações entre professor e aluno e o contexto escolar. Na realidade educacional brasileira, há um evidente distanciamento entre o que se pretende do papel do educador, como mediador, e das práticas docentes no cotidiano da sala de aula. A transição de um modelo tradicional de educação para um modelo de escola reflexiva imputa um processo de ruptura com o *status* de autoridade do professor e de sua posição como superior dentro de uma hierarquia vertical com o aluno. A proposta é criar uma linha horizontal entre professor e aluno, mas essa novo formato de educação é afastado por professores, que se negam a partilhar de modelos novos e desafiadores para vencer a indisciplina.

O professor é visto como um ser mediano, figura estigmatizada, que não realiza sua função por opção de vida, mas pela falta de opções, é “*simultaneamente uma espécie de entre-dois que tem estigmatizado a história contemporânea dos professores, não devem ser mais nem menos, não devem se misturar com o povo e nem com a burguesia, não são bem funcionários públicos, nem liberais (Nôvoa, 1997, p.90)*”. Assim vemos que a figura do professor sofre banalização, o que vem contribuindo para a despersonalização, cada vez mais aguda, do papel do educador enquanto agente transformador da sua realidade. Como vemos em Nôvoa (1997), a descaracterização do professor enquanto figura acontece de um modo geral na realidade da educação, o que dificulta que o profissional reconheça em seu processo de formação a responsabilidade que demanda o ato de educar e se veja como contribuidor para a mudança nas relações de disciplina, a partir de sua própria conduta.

Adorno (1995) faz um diagnóstico das condições em que se inserem os profissionais da educação, dizendo ser o professor um herdeiro do copista, avalia que o professor para conseguir “status” diante de uma realidade de pobreza vê na intelectualidade sua capacidade de ascensão, ou seja, almeja uma posição material, mesmo que ideologicamente, superior. Com o judaísmo, a profissão de educador liga-se a realidade religiosa e o professor torna-se um vendedor de

conhecimento, o ensino ganha valor de troca, em linhas gerais temos a “*coisificação da profissão*”. Assim, Adorno constrói sua reflexão a cerca do processo de deformação psicológica que encontramos no professor, através do ato de ensinar. Embora o autor retire do professor a figura de herói, como aquele que pode modificar o meio barbarizado através de uma perspectiva messiânica e salvadora.

Diante das ideias acima, vemos que, mesmo com todos os contratempos históricos e atuais, chegamos ao comum acordo da relação de interdependência entre o professor e a realidade posta, temos na perspectiva adorniana os difíceis tabus encontrados no ato de ensinar, devido a um processo de desvalorização que sofreram os professores, mas ele não se desliga inteiramente de seu papel no interior do processo de civilização humano.

Assim, podemos considerar como primeiro aspecto da indisciplina, que o professor está isento enquanto humano limitado, de ser visto como alguém que não possui limitações, embora isso não possa lhe dar o direito de querer “lavar as mãos” diante da realidade escolar. Em Weber vemos que o processo de burocratização faz com que usemos a educação como meio de treinamento para qualificar os indivíduos. E nesse sentido perdemos o ato transformador da educação que nos fala Gramsci onde pensar e fazer são atos separados.

Vemos nos discursos firmados pelos professores a isenção da responsabilidade no processo formativo,

embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém, sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. Em face da criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: – Isso é o nosso mundo. (Hannah Arendt apud Aquino, 1998).

Embora constataremos que o professor na atualidade seja desconsiderado dentro do processo e se desconsidere como o agente que desnaturaliza o mundo, é importante que este mesmo diante de uma realidade desoladora não encare o papel de vítima e se esconda por trás da individuação.

Como nos mostra Florestan Fernandes dentre outros autores, o ser professor não é um ato menor. Muitas vezes podemos cair no conformismo de que a escola pública não tem jeito, ou que não somos nós, educadores, os responsáveis pelo sucateamento do ensino quando políticas neoliberais adentram o universo da escola e segmentam o processo de ensino reduzindo-o a pó. Porém, dentro de nossa realidade individual nós também dividimos o ‘*homo faber*’ do ‘*homo sapiens*’, o professor do cidadão, aquele que vê a escola exclusivamente como local de trabalho e não mais como o lugar possível de aflorar consciências, de poder compreender a escola como um

local de interação entre a sociedade e o indivíduo, local possível de mostrar que o aluno não se separa do cidadão.

Considerações Finais

Tomando como referência o discurso proferido pela professora de ensino fundamental Amanda Gurgel² do Rio Grande do Norte no último dia 10/05/2011, que se propagou pelas redes virtuais brasileiras (facebook, Orkut) chegando a redes televisivas, a professora da rede pública de educação apresentou em sua fala dados sobre a precariedade da função docente e a constante associação de que caberia ao professor a “salvação” da sociedade brasileira. A indignação da professora em não querer ser tratada como a heroína com o giz na mão, que vive em uma sociedade que não valoriza o docente e o responsabiliza o indivíduo pela falência do sistema educacional, nos faz pensar sobre a indisciplina e sobre a educação.

A democratização do estudo não acompanha a discussão de uma educação de qualidade, pois a falta de investimento em recursos humanos e materiais torna a educação brasileira precarizada. A baixa remuneração docente desestimula e impossibilita a preparação das aulas e uma rotina de estudos para aprimorar seus conhecimentos. A falta de estrutura nas unidades escolares, como salas superlotadas e heterogêneas, afasta a relação mais íntima entre professor e aluno, fazendo com que ambos não sejam colaboradores no processo de conhecimento. O descomprometimento familiar reflete de forma aguda nos quadros de indisciplina vivenciados nas escolas, pois a família é a principal colaboradora no processo educacional dos jovens, adolescentes e crianças.

Logo a necessidade de políticas educacionais eficazes é urgente, mas também se os professores não entenderem que a disciplina depende de um profundo processo de inclusão dos alunos através do respeito e da cordialidade para com eles, evidenciando o ser humano em seu estágio mais simples, a educação não passará de um joguete de culpabilização das partes, o que não ampliará os mecanismos para lidar com a indisciplina.

Portanto, o “professor tem que estabelecer uma relação de maior proximidade, deve tentar ver o que realmente está acontecendo” (Vasconcellos, 1999, p. 137). Afinal, a escola é um lugar não somente do ensino aprendizagem, mas da construção de valores humanos que permitam conscientizar o aluno e dar-lhe noção de pertencimento.

Embora tenhamos visto que “*colocam-se os professores em categorias idênticas à do herói de uma tragicomédia de estilo naturalista*” (Adorno, 1995) podemos considerar o professor, não

² Para maiores informações acessar: <http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2011/05/24/amanda-gurgel-uma-verdade-virtual-924531282.asp>. Reportagem de 24/05/2011.
<http://www.youtube.com/watch?v=yFkt0O7lceA>

como mostra o dicionário em sua primeira definição “*homem extraordinário pelas suas proezas guerreiras*”, ou seja, aquele destituído de suas limitações, mas pela segunda definição “*protagonista de uma obra literária*”. Protagonista e agente transformador, embora pareça difícil, o ser herói é compreender a totalidade do real e não se deixar levar pela correnteza do dia-a-dia e ser mais um que contribui para uma educação massificada e sem interesse, violentando ideais e distanciando cada vez mais a possibilidade de se desbarbarizar.

Ser protagonista significa entender que a escola está em nossas mãos e há uma possibilidade de recriar uma realidade, construir uma realidade total do homem. A escola deve ser um espaço para se recriar individualmente, tornar-se politicamente engajado, sem nos revestirmos da capa de neutralidade quanto aos problemas que se encerra na realidade. Somos heróis, à medida que assumimos nossa humanidade e nos utilizamos dela como forma de tentarmos construir a autonomia e a crítica no interior do aluno, englobando-o dentro do nosso processo histórico particular. Como mostra Bourdieu, aprender exige disciplina mental e física, porém isso se torna mais prazeroso quando nos inserimos no processo.

Ser vilão significa acomodar-se com a forma de educação (im)posta e colocar a cabeça no travesseiro e não nos sentirmos responsável pelo que estamos lecionando. Sem uma dose de utopia dentro da realidade viveremos a mediocridade de que fizemos nossa parte, sem nem mesmo ter começado. “*Tu te tornas responsável por aquilo que cativas*”. Assim quando pensamos nessa simples frase vemos o peso e solidez do que significa educar, visando criar uma consciência de si e do coletivo, para poder com isso diminuir uma realidade social miserável, envolvida na violência, na corrupção, criando o respeito ao homem. Sair da desigualdade real para a igualdade possível.

Referências Bibliográficas:

- ADORNO, T.W. “Notas marginais sobre teoria e práxis”. In: Palavras e sinais. Modelos críticos 2. Trad. de Maria Helena Ruschel. Petrópolis, Vozes, 1995.
- CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Os sentidos da (in)disciplina : regras e métodos como práticas sociais. In : AQUINO, J. G. (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo : Summus, 1996. p. 129-38
- dorno T. “Palavras e Sinais: modelos críticos”. Petrópolis: Vozes. 1995.
- GRAMSCI, Antônio. A organização da escola e da cultura. In: Os intelectuais e a Organização da Cultura. 7º ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1989. P. 117 – 139.
- LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? : novas exigências educacionais e profissão docente, 10 ed. São Paulo, Cortez, 2007.
- NIDELCOFF, M.T. “Ciências Sociais na Escola”. São Paulo : brasiliense. 1987.

NOVOA, Antonio. Formação de Professores e profissão docente”. Lisboa: Dom Quixote,1997

SANTOS, Vicente Tavares dos. Violências e conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SAVIANI, Dermeval. “Escola e Democracia”. Campinas: Autores Associados, 1995.

TACCA, Maria C. V. R. Relações sociais na escola desenvolvimento da subjetividade. In: MALUF, Maria I. Aprendizagem: tramas do conhecimento, do saber e da subjetividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VASCONSELOS, Celso dos. DISCIPLINA – Construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. In: REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. vol. 20, n.66. Campinas, 1999.